

A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA - O CASO LULA E A INSEGURANÇA JURÍDICA

Autor(res)

Felipe De Almeida Campos
Herbert Schirmer
Vamberth Soares De Sousa Lima
Habib Ribeiro David
Cintia Batista Pereira
Stace Liz Carneiro
William Julio Ferreira
Marcílio Esteves Coimbra

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O presente estudo tem por objetivo abordar as controvérsias decorrentes das decisões do STF que permitiram o ressurgimento político do Presidente Lula, réu em 26 processos, com condenações transitado em julgado em 4 delas e virtulamente fora do jogo político.
Estas decisões comemoradas pelo flanco da esquerda brasileira, colocaram sob suspeição todo o trabalho da chamada Operação Lava Jato, e em especial a atuação do então Juiz Dr. Sérgio Moro, e dos demais procuradores responsáveis pela operação e desmantelamento do maior esquema de corrupção da história do mundo moderno.
Por outro lado, estas mesmas decisões são criticadas pela Direita brasileira, que alegou profunda e violenta intervenção do poder judiciário brasileiro no processo político.

Objetivo

Esta pesquisa busca analisar em linhas gerais, as visões dos dois lados da contenda, a Esquerda, vencedora, que recolocou o Presidente Lula novamente no jogo político, fazendo com que este retornasse à Presidência da República, e a Direita derrotada, que assistiu perplexa ao desdobramento dos fatos, que retrocederam anos de investigação sistêmica e combate a corrupção a estaca zero.

Material e Métodos

O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental com a utilização de metadados e ferramentas de pesquisa disponibilizadas na rede mundial de computadores.
O estudo baseou-se na análise da bibliografia proposta no sentido de selecionar e analisar abordagens e pontos de vista que trouxessem ao texto, melhores argumentos no que se refere à visão de ambos os lados sob o mesmo fato, porém, com abordagens e conclusões totalmente antagônicas.



Resultados e Discussão

Percebemos que o tema é bastante importante e atual na Ciência Política, principalmente por abordar de maneira contundente, os meandros do chamado Jogo Político, disputa pelo Poder, a importância dos grupos políticos, seus reflexos no Poder Judiciário, conceitualmente inerte e apartidário.
As decisões de Ministros da mais alta corte brasileira, para alguns corretíssimas no sentido de desqualificar a atuação de Juízes e Procuradores responsáveis pelas diversas operações, em diversos Estados, e para outros, absurdos jurídicos injustificáveis, sem amparo constitucional, algo semelhante aos tais Embargos Infringentes que separaram a Chapa Dilma –Temer nas Eleições de 2014, não cassando a chapa, conduzindo Michel Temer à Presidência da República, e ainda mantendo os direitos políticos da então Presidenta Dilma, deposta no episódio.
Mais de 6 bilhões de dólares devolvidos por delatores, condenações nos EUA, em que a Petrobrás esteve envolvida, não são suficientes para balizar decisões ?

Conclusão

Estamos diante um fenômeno, com raízes estão alicerçadas em nossa sociedade, o vale tudo do jogo político.
Fica evidente que experimentamos a insegurança jurídica em nosso País.
Neste modelo, que hoje contamina instituições públicas, acirra disputas ideológicas, fomenta o ódio e representa o que de pior poderíamos admitir em nossa sociedade, perde a sociedade brasileira, que convive com o fantasma da insegurança jurídica.

Referências

Ficha limpa: decisões do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior Eleitoral e judicialização da política
Autor: Daniel Borges de Abreu
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia -29/03/2012

Artigo BBC Brasil : Com decisão de Fachin, Lula pode concorrer em eleição de 2022 – 08/03/2021

Artigo Folha de São Paulo: Supremo mantém decisão de Fachin e deixa Lula apto para disputar eleição de 2022 – 15/04/2021

Artigo BBC Brasil : É possível dizer que Lula foi inocentado na Lava Jato?
Mariana Schreiber - @marischreiber – 22/08/2022

Livro : Comentários a uma Sentença anunciada – O Processo Lula
Carol Proner
Gisele Cittadino
Gisele Ricobom
João Ricardo Dornelles